

### **23. Pedido de isenções – Indeferimento.**

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.

**Indeferimento do pedido de Isenções por não estarem enquadradas no disposto dos n.º 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º**

N.º Informação	Data Informação	NIF	Nome	Facto	Motivo indeferimento	Total
87911	12/10/2023	501525882	Banco Comercial Português S.A.	Licença Especial de Ruído e Licença de Recinto Improvisado	Tendo em conta que a requerente é uma sociedade comercial, e tendo presente todo regime jurídico regulamentar aplicável em matéria de isenção de taxas, a requerente não figura nas entidades que por força da sua natureza podem desde logo beneficiar das isenções legalmente admitidas, razão pela qual o enquadramento da pretensão terá sempre de ser avaliado atendendo no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto. Considerando que o pedido é para realização de um evento privado do requerente, não se considera que seja uma atividade de manifesto e relevante interesse municipal.	115,85 €
90128	17/10/2023	501502084	ORDEM TERCEIRA DA SANTISSIMA TRINDADE - IGREJA DO POPULO	Ocupação do Espaço Público - Licença	O pedido de isenção das taxas não está diretamente relacionado com a prossecução das competências, fins ou finalidades estatutárias da entidade	28,45 €
90263	17/10/2023	500553408	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Acesso à Área Pedonal	O requerente é interveniente neste processo como prestador de um serviço e não como o promotor do empreendimento. Tendo em conta, ainda, que o Código Regulamentar do Município de Braga, em matéria de operações urbanísticas no Centro Histórico e outras, prevê expressamente as situações que podem beneficiar de isenção (isenções objetivas), nada prevendo expressamente no que concerne às restantes taxas relacionadas com a realização dos trabalhos a realizar.	6,55 €
93232	23/10/2023	500553408	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Acesso à Área Pedonal	Não se afigura, assim, admissível que as restantes taxas relacionadas com as empreitadas no âmbito de operações urbanísticas no Centro Histórico, possam beneficiar dessa isenção, já que se tivesse sido essa a intenção de legislador, teria que o dizer.	6,55 €